

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 2021

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO





INTRODUÇÃO

A AGE tem como objetivo a alteração parcial de nosso Estatuto, em relação a dois pontos específicos:

1. **ajustes para a realização de votação eletrônica para as futuras eleições;**
2. **e a ampliação da composição da Diretoria.**

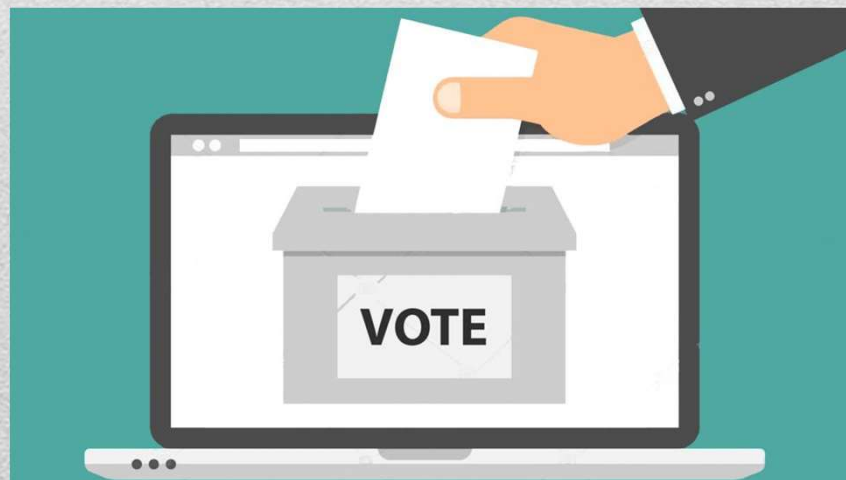




1. VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Com relação à votação eletrônica, a proposta da Diretoria pressupõe a utilização da tecnologia para proporcionar a ampla participação dos associados nas eleições de nossa entidade, de forma segura e transparente, para os próximos biênios.

Além disso, o sistema permitirá uma votação de forma prática e com a redução substancial de custos, que seriam necessários no caso de uma eleição totalmente presencial.





Votação eletrônica:

al Estatuto da AMPEB, já prevê a possibilidade da realização de eleições eletrônicas, conforme art. 9º e 5º. Vejamos:

9º- A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Associação, sendo constituída pelos sócios. Os sócios votam em Assembleia Geral.

Parágrafo único - Observada a disponibilidade financeira da AMPEB, a participação não presencial dos sócios na Assembleia Geral poderá vir a ser propiciada por intermédio da rede mundial de computadores, desde que os instrumentos tecnológicos utilizados garantam:

- identificação dos sócios participantes;
- simultaneidade com o momento do ato;
- autenticidade da manifestação de vontade.



Votação eletrônica: previsão atual do estatuto

56 - O regulamento das eleições poderá prever e disciplinar a votação por meio cibernético ou eletrônico condicionada à definição de regras que assegurem o seu sigilo e autenticidade, observando-se a disponibilidade financeira da AMPEB para a implantação do correspondente sistema.

Esta previsão é insuficiente para disciplinar as eleições futuras num cenário de prevalência da votação virtual e de eliminação de voto por carta.



Pontos a serem alterados:

1. Prioridade da votação eletrônica;
2. Subsidiariedade de outras modalidades de votação (cédula e carta);
3. Extinção da votação por carta após 2023.





Proposta de alteração - Votação eletrônica:



ALTERAÇÃO E INSTITUIÇÃO DE REGRA DE TRANSIÇÃO

51 - A votação será realizada por meio eletrônico e, subsidiariamente, por cédulas, admitindo-se o voto por carta até a eleição de 2023, observados os seguintes requisitos para esta modalidade:

- apenas os eleitores residentes fora da Capital poderão votar por carta;
- uso exclusivo de cédula oficial, envelope e sobrecarta opacos previamente encaminhados pela Comissão Eleitoral com, no mínimo, 20 dias de antecedência do pleito;
- o voto será depositado no envelope, não identificado e indevassável, o qual será colocado na sobrecarta, que, após cerrada e rubricada sobre seu fecho, será dirigida à Comissão Eleitoral;
- a sobrecarta, contendo o envelope e o voto, deverá, necessariamente, ser encaminhada, por via postal, à Comissão Eleitoral, mediante registro do local de postagem em que o eleitor estiver, vedada sua entrega direta ao eleitor;



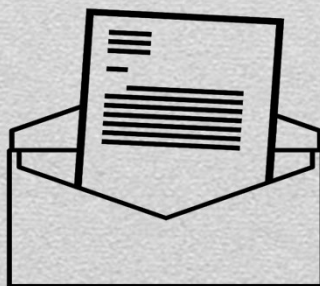
Proposta de alteração - Votação eletrônica:

EXCLUSÃO DO VOTO POR CARTA A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE 2023:

recebimento do voto no local da votação presencial, até o horário de seu encerramento.

° - A sobrecarta será recebida por funcionário da AMPEB, especialmente designado pela Comissão Eleitoral, será depositada em urna que permanecerá indevassável até o momento da apuração dos votos, logo a ser observado em controle apropriado o nome do eleitor remetente.

° - As sobrecartas somente serão abertas pela Comissão Eleitoral, por ocasião da apuração dos votos, quando se procederá à verificação de sua regularidade, observando-se, para tanto, o procedimento a ser definido pelo regulamento das eleições.





Proposta de alteração – ART. 51:

Texto atual:

Art. 51 - Excepcionalmente, será admitido o voto por carta, desde que cumpridas as seguintes formalidades:

Proposta:

Art. 51 - A votação será realizada por meio eletrônico e, subsidiariamente, por cédulas, admitindo-se ainda o voto por carta até a eleição de 2023, observados os seguintes requisitos para esta modalidade:

(...)



Proposta de alteração - Votação eletrônica:

ALTERAÇÃO DO ART. 56:

Art. 56 - O regulamento das eleições disciplinará a votação para os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

A regulamentação definirá regras que assegurem o sigilo e autenticidade dos votos obtidos em todos os atos de votação.

No caso da implantação de sistema de votação por meio cibernético ou eletrônico, a Associação poderá adquirir sistema ou estabelecer parceria com outras associações congêneres ou órgãos públicos para utilizar ferramentas de terceiros, respeitada a sua disponibilidade financeira e as garantias previstas no §1º.



QUADRO COMPARATIVO – ART. 56

Texto atual:

56 - O regulamento das eleições poderá prever e disciplinar a votação por meio cibernético ou eletrônico, condicionada à definição de regras que assegurem o seu sigilo e autenticidade, preservando-se a disponibilidade financeira da PEB para a implantação do correspondente sistema.

Proposta :

Art. 56 - O regulamento das eleições disciplinará a votação para os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

§1º A regulamentação definirá regras que assegurem o sigilo e autenticidade dos votos obtidos em todos os meios de votação.

§2º No caso da implantação de sistema de votação por meio cibernético ou eletrônico, a Associação poderá adquirir sistema ou estabelecer parceria com outras associações congêneres ou órgãos públicos para utilização de ferramentas de terceiros, respeitada a sua disponibilidade financeira e a as garantias previstas no §1º.



2. AMPLIAÇÃO COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

relação à ampliação do quadro da Diretoria, a proposta de acréscimo de duas cadeiras, sendo elas a de Assuntos Jurídicos e de Prerrogativas Institucionais, bem como da Diretor/a de Aposentados e Pensionistas, bem como da Diretor/a jurídico e de prerrogativas institucionais.

A ampliação da Diretoria de Aposentados e Pensionistas favorecerá a assistência mais ampla aos aposentados e pensionistas em todos os assuntos de seu interesse, os quais contêm peculiaridades e requerem um incremento na representação desse importante contingente de nossa associação.

Por outro lado, a nova Diretoria de Assuntos Jurídicos e Prerrogativas Institucionais facilitará o apoio ao associado em demandas de que seja parte, além de reforçar a atuação da entidade em foros e discussões locais e nacionais em torno dos interesses de nossa carreira.





Proposta de alteração – Composição Diretoria:

Composição atual:

19 - A Diretoria da AMPEB compõe-se de:

Presidente;

Vice-presidente;

Secretário-geral;

Diretor Administrativo;

Diretor Financeiro;

Diretor Sociocultural;

- Diretor de Esportes;

Proposta:

Art. 19 - A Diretoria da AMPEB compõe-se de:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - Secretário-geral;

IV - Diretor Administrativo;

V - Diretor Financeiro;

VI - Diretor Sociocultural;

VII - Diretor de Esportes;

VIII – Diretor de Aposentados e Pensionistas;

**IX – Diretor Jurídico e de Prerrogativas
Institucionais.**



Competência do (a) Diretor (a) de aposentados e pensionistas:

3 - Compete ao Diretor de Aposentados e Pensionistas:

desenvolver atividades em defesa das prerrogativas, garantias e direitos dos associados aposentados e pensionistas, adotando as medidas cabíveis, juntamente com o Diretor jurídico e as demais Direções, visando a defesa das prerrogativas institucionais;

encaminhar à Diretoria as reivindicações específicas dos associados aposentados e pensionistas;

proceder ao acompanhamento de processos de aposentadoria e pensões junto aos órgãos competentes;

implementar ações que busquem a permanente integração dos aposentados e pensionistas nas atividades da entidade;

iniciativas;

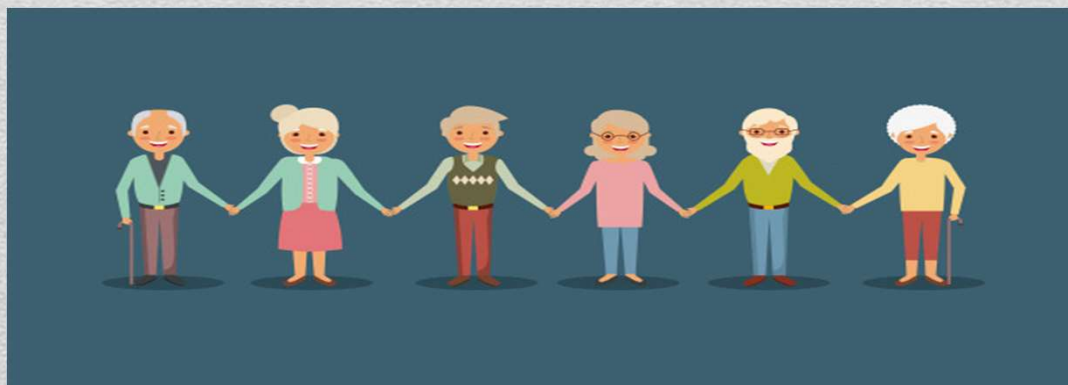
auxiliar a diretoria social na realização de eventos dirigidos aos aposentados e pensionistas;

prestar ampla assistência aos aposentados e pensionistas em todos os assuntos de seu interesse;

supervisionar a comunicação ao pensionista do associado titular falecido, no prazo de trinta dias contado

do conhecimento óbito, da possibilidade de associar-se à AMPEB, nos termos do art. 3º, inciso III;

exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.





Diretor jurídico e de prerrogativas institucionais:

4 – Compete ao Diretor jurídico e de Prerrogativas Institucionais:

prestar assessoria jurídica ao Presidente e à Diretoria, emitindo pareceres e examinando documentos;

acompanhar e coordenar as atividades de assistência jurídica e judiciária aos associados ;

substituir, nos afastamentos e impedimentos, o Diretor de aposentados e pensionistas;

acompanhar e propor, se for o caso, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministé

co e de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, projetos ou medidas de interesse do Ministé

co ou de seus membros;

prestar apoio a associado efetivo ou titular que sofrer violação de direito, prerrogativa ou qualquer gravame

nto de sua atividade funcional ou em razão dela, propondo à Diretoria a adoção de medidas cabíveis;

representar a quem de direito contra o autor da violação referida no inciso anterior, com vistas à promoção

de responsabilidade nas esferas penal, civil e administrativa;



Diretor jurídico e de prerrogativas institucionais:

- providenciar assistência judicial e extrajudicial aos associados em atividade no Ministério Público, quando atingidos no exercício de suas funções;
- organizar encontros e diálogos sobre temas que digam respeito à defesa das prerrogativas dos associados;
- desenvolver atividade em defesa das prerrogativas e garantias do MP, ativos e inativos, juntamente com os aposentados e pensionistas;
- executar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo presidente.



EXCLUSÃO DE PARCELA DAS COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE:



- assessorar o Presidente nos assuntos de interesse institucional do Ministério Público, incumbindo-lhe:

- acompanhar, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e de quaisquer outras entidades públicas e privadas, a tramitação das proposições de interesse dos associados;
- prestar apoio a associado titular que sofrer violação de direito ou prerrogativa, no exercício de sua atividade funcional ou em razão dela, propondo à Diretoria a adoção de medidas cabíveis;
- desenvolver atividades em defesa das prerrogativas e garantias dos membros do MP, ativos ou inativos;
- coordenar as atividades de assistência jurídica e judiciária aos associados.



ACRÉSCIMO NA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

. 27 - Compete ao Vice-presidente:

- estabelecer e promover o relacionamento institucional com órgãos de comunicação social;
- exercer, por delegação do presidente, o papel de porta-voz da Associação;
- editar o veículo de divulgação interna, segundo as normas aprovadas pela Diretoria;





TEXTO FINAL DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE:

. 27 - Compete ao Vice-presidente:

- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, e sucedê-lo em caso de vacância;

- auxiliar o Presidente na execução e supervisão de todos os serviços da Associação;

- executar as atribuições delegadas pelo Presidente ou pela Diretoria;

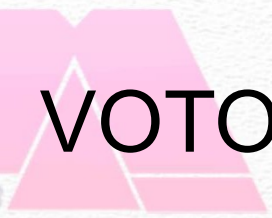
- substituir, em suas faltas ou impedimentos, o Diretor Financeiro;

- elaborar projetos de natureza previdenciária, secundária e médica, sugerindo convênios com entidades

públicas ou privadas visando à assistência social ao associado e seus dependentes;

- assessorar o Presidente nos assuntos de interesse institucional do Ministério Público, incumbindo-lhe

- recomendar ao Presidente a expedição de notas de desagravo a membros do Ministério Público;



VOTO PELA REFORMA PARCIAL DO ESTATUTO:

() SIM

() NÃO